



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

18 e 19 de agosto de 2018

Notícias do Dia Cidade "Pressão pelo meio ambiente"

Pressão pelo meio ambiente / Áreas de preservação Permanente / APPs / Eduardo Barragan / ACPs Mega / União / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Floram / MPF / Ministério Público Federal / TRF4 / Marcelo Krás Borges / Rafael Poletto dos Santos / Justiça Federal / Imóveis / Pedro Niebuhr / UFSC

Cidade

4/5.

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 18 E 19 DE AGOSTO DE 2018

Pressão pelo meio ambiente

Ações civis expõem a omissão de órgãos públicos em casos de imóveis em áreas de preservação

CRISTIANO RIGO DALCIN
cristiano.dalcin@noticiasodia.com.br

Recentes decisões judiciais motivadas por ACPs (Ações Civis Públicas) têm provocado apreensão em Florianópolis. Campeche, Lagoa da Conceição, Jurerê Internacional, Naufragados e Pântano do Sul são algumas das localidades diretamente atingidas por decisões que buscam cumprir a legislação ambiental e recuperar áreas degradadas por ocupações ou intervenções em áreas da União, seja em APPs (Áreas de Preservação Permanente) ou terrenos de marinha.

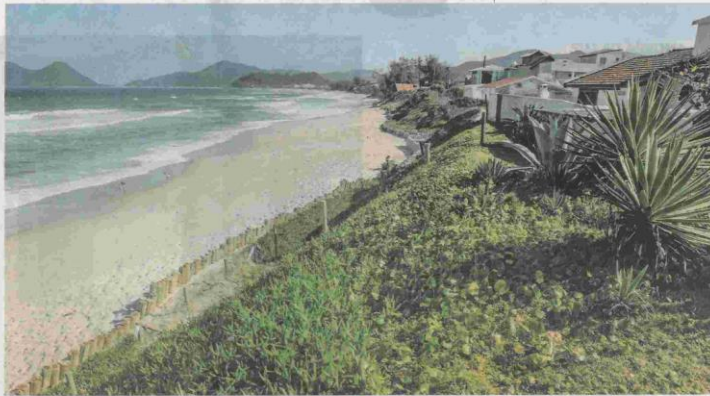
As ações civis públicas têm suas particularidades. A mais recente, conhecida como ACP Mega do Campeche, expõe as omissões da União, prefeitura e Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiental) em coibir e não permitir construções em áreas da União. "O Poder Público é omissivo, e o cidadão particular, bem ou mal intencionado, acaba sofrendo com isso", resume o procurador da República Eduardo Barragan, sobre casos em que o imóvel é considerado irregular anos depois de ter sido construído com autorizações de órgãos responsáveis.

Em Florianópolis desde 2008, Barragan atua diretamente nas "ACPs Mega" do Campeche, Pântano do Sul e da região continental da Capital, e reconhece que o assunto é bastante complexo, envolvendo diversos critérios, como a tradicionalidade, ou seja, quando os costumes e a tradição da comunidade são considerados. Mas ressalta que todas as três "ACPs Mega" querem, inicialmente, estabelecer prazos para que o Poder Público cumpra determinações, identifique as situações irregulares e exerça o poder de polícia.

"Depois é que tomaremos as providências cabíveis que a legislação impõe, sempre de maneira individual, com amplo direito de defesa. Nada é feito da noite para o dia", tranquiliza Barragan. Após serem identificadas e vistoriadas, as situações irregulares poderão gerar processos nas esferas cível e criminal ao suposto invasor, ocupante ou morador. Já a caracterização de má-fé implica na abertura do processo criminal.

Mas se ficar comprovado que o cidadão não está mal intencionado, o processo criminal é excluído, o que não impede a aplicação de sanções decorrentes do processo cível. "Em princípio, todas as pessoas, pobre ou ricas, que estão em APPs correm o risco de serem acionados judicialmente. A lei impõe isso em 99% dos casos", justifica o procurador. ■

Leia mais na
SEGUNDA-FEIRA
Associações de moradores expõem dois lados da questão da ação civil pública no Campeche



Campeche é uma das localidades da Ilha atingidas por decisões judiciais para recuperar áreas degradadas

3

"ACPs Mega" querem estabelecer prazos para que Poder Público cumpra determinações, identifique irregularidades e exerça poder de polícia

Equívoco no Campeche

■ A sentença que condenou União, prefeitura e Floram a identificar construções passíveis de demolições em uma extensa área costeira do Campeche ganhou um ar sensacionalista. Segundo o MPF (Ministério Público Federal), algumas notícias veiculadas nos dias seguintes informaram de forma equivocada que "milhares de construções seriam demolidas".

Por isso, para evitar que pessoas se aproveitem profissionalmente de decisões resultantes de ACPs, com alijamento de moradores com futuros casos ou até com promessas eleitoreiras, o procurador Eduardo Barragan chama atenção para a complexidade do assunto. "Toda e qualquer opinião que quiser simplificar as coisas é no mínimo maliciosa ou de má-fé", atesta.

De acordo com o procurador, decisões como esta, da 6ª Vara Federal, não têm objetivo de criar uma sensação de insegurança jurídica. Pelo contrário, "é uma decisão mais técnica e qualificada, para que se tenha efetividade na vida real, ou seja, para que as chances de aplicação [de sanções e penalidades] sejam muito melhores", destaca.

Além de identificar as irregularidades, União, prefeitura e Floram terão que delimitar os terrenos da União, distinguir os responsáveis pelas práticas e informar as datas de início de prestação dos serviços público (água, saneamento básico e luz). A sentença ainda cabe recurso a ser analisado pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre, mas a expectativa do MPF é de que a decisão seja mantida.

Município vai recorrer no TRF4

■ A Prefeitura de Florianópolis e a Floram irão recorrer da decisão do juiz Marcelo Krás Borges, da 6ª Vara Federal. De acordo com o assessor jurídico da prefeitura, que atua junto à Floram, Rafael Poletto dos Santos, há o entendimento jurídico de que a decisão pode ser reformada pelo colegiado no TRF4. Um dos argumentos são as consequências provocadas com a decisão da 6ª Vara Federal da Capital, ao considerar ilegal, por exemplo, todos os alvarás concedidos pelo Poder Público naquela região. Ameaçados, os proprietários dos imóveis poderão ajuizar mandados de segurança, porque as autorizações concedidas pelo município foram anuladas pela sentença. "De que adianta o morador se defender em uma ação demolitória se a sentença da Vara Federal já decretou a ilegalidade do alvará municipal", acrescenta Santos.

Para isso, o advogado cita uma nova legislação, de maio de 2018, que dispõe sobre a segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público. "Essa nova legislação pede que sejam consideradas as consequências práticas de cada decisão e essa, da 6ª Vara, não garante segurança jurídica alguma", afirma.

Santos informa ainda que o estudo técnico solicitado foi realizado. Porém, antes que a conciliação pudesse avançar, uma liminar proibiu a Base Aérea de intervir no Campo da Aviação, e a discussão foi levada ao TRF4, o que teria motivado o MPF a pedir o julgamento da ACP Mega do Campeche. Outro argumento envolve os prazos estabelecidos. De acordo com o advogado, para cumprir as determinações da sentença dentro dos prazos seria necessário paralisar as demais atividades da Floram. A SPU (Secretaria de Patrimônio da União) foi contatada pelo ND, mas até o fechamento da edição não se manifestou.

ações civis públicas

Como estão as outras ACPs

Lagoa da Conceição

■ Uma ACP proposta pelo MPF em 2003 também provocou apreensão na comunidade da Lagoa da Conceição em 2014, e previa a liberação de uma faixa de 30 metros a contar da margem da Lagoa. A Justiça Federal proibiu em 2005 novas construções dentro dessa faixa de proteção ambiental e determinou o levantamento dos imóveis irregulares, sem alvarás de funcionamento ou autorização de edificação. Em 12 de junho de 2018, fiscais da Floram executaram duas ações demolitórias em uma casa de câmbio e um bar na Rua Henrique Veras do Nascimento. Outros 21 estabelecimentos são alvo da ACP proposta pelo MPF.

Jurerê Internacional

■ O barulho de baladas promovidas por beach clubs levaram a Ajin (Associação dos Moradores de Jurerê Internacional) a propor uma ação civil pública junto ao MPF em 2008 para pedir a demolição das estruturas edificadas em APPs. Após oito anos e inúmeras liminares, a sentença da 6ª Vara Federal pediu a demolição dos beach clubs em 2016.

■ Porém, após recurso, o TRF4 decidiu em outubro de 2017 manter os empreendimentos, mas multou os réus e determinou a demolição de parte das estruturas. Na véspera do início da temporada de verão, ainda em 2017, para evitar prejuízo econômico e turístico, a Justiça concedeu efeito suspensivo para a decisão do colegiado. Todas as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, que tramitam no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no STF (Supremo Tribunal Federal), respectivamente, sem previsão de apreciação.

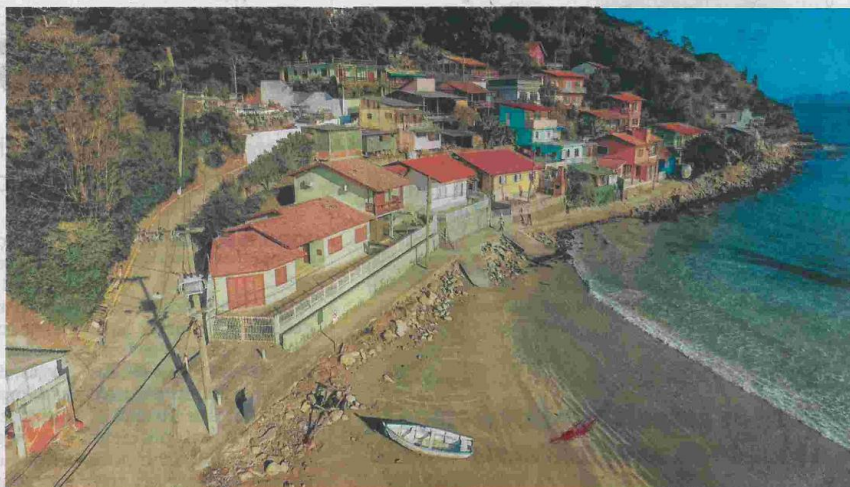
Naufregados

■ As duas ações civis públicas ajuizadas pelo MPF em 2000 tramitaram na Justiça Federal e tiveram suas sentenças proferidas em 2015 pela demolição. Os moradores tiveram amplo direito de defesa e diante das sentenças favoráveis à demolição recorreram ao TRF4. Diante da tradicionalidade apontada pelo MPF, o colegiado revisou a sentença e poupou parte da edificação que servia de moradia para um dos moradores.

■ No último dia 1º de agosto, fiscais da Floram fizeram as demolições. Na quinta-feira (16), a Floram deu início ao recolhimento dos resíduos, antes da efetiva recuperação ambiental do local. Outras ações civis públicas envolvendo construções em Naufregados tramitam na Justiça Estadual, e o MPF tenta a transferência para a Justiça Federal porque envolvem bens da União.

Pântano do Sul

■ São 29 ações civis públicas, em situações bem peculiares envolvendo bens da União em APP, localizados na Servidão Sinfrônio José de Souza, localizada no costão, ao lado esquerdo de quem chega na tranquila praia do Sul da Ilha. As ACPs foram individualizadas e ainda estão em fase inicial. Após decorrer todos os prazos processuais, ao final de todas as instâncias, poderão apontar a necessidade de demolição ou se poderão permanecer onde estão.



Na praia do Pântano do Sul, são 29 ações envolvendo bens da União em áreas de preservação ambiental

Pedro Niebuhr ■ advogado e professor de direito urbanístico da UFSC

Construir em Florianópolis é seguro, do ponto de vista jurídico, atualmente?

Infelizmente, dispor de um alvará de construção não garante, para proprietários ou empreendedores, que a obra será concluída ou, mesmo depois de concluída, que ela não poderá vir a ser demolida judicialmente. Em Florianópolis tem sido recorrente a propositura de ações judiciais, pelo Ministério Público, contestando a legalidade do procedimento e do ato de autorização de construção. O problema é que essa contestação, muitas vezes, parte de uma interpretação radical da legislação. O Judiciário tem aderido a muitas dessas teses e vem determinando a demolição de construções, inclusive aquelas licenciadas. Esse cenário, para o proprietário ou empreendedor, é bastante preocupante e desencorajador.

Florianópolis tem 42% de sua área inserida em APPs. Muitas residências foram construídas anteriores à delimitação das APPs. O que é possível fazer nesses casos, do ponto de vista jurídico (regularizar, determinar demolições, proibir novas construções)?

As decisões judiciais nesse sentido determinam, genericamente, que o Poder Público faça levantamentos das áreas de preservação e, depois, promova a demolição das construções identificadas como irregulares. Mas as decisões não indicam, com clareza, qual a circunstância que leva uma ocupação a ser considerada irregular. Do ponto de vista ambiental, por exemplo, a data da construção e data de entrada em vigor da lei é essencial para se deduzir a regularidade ou não da ocupação. Os anos de 1965, 1986, 1989 e 2002 são marcos temporais importantes, por conta da alteração ou regulamentação da legislação ambiental. O licenciamento urbanístico e ambiental também é outro fator que deveria, necessariamente, ser considerado. Do ponto de vista dominial, a legislação permite que as ocupações de terrenos de marinha anteriores a 2014 possam ser regulariza-

das. Enfim, cada edificação, ainda que localizada em terreno de marinha ou em espaços eventualmente reputados como de preservação permanente pela legislação vigente, tem suas especificidades. O proprietário deve levantar toda documentação relacionada à sua edificação, como alvarás, habite-se, inscrições de ocupação, licenças ambientais, fotos antigas, testemunho de vizinhos, comprovantes de pagamento por serviços públicos etc., para avaliar se está em situação irregular ou não. Mais ainda, para avaliar se a irregularidade pode ser corrigida sem que se faça necessário demolir.

Qual é o procedimento que deve ser adotado pelo cidadão antes de construir?

O rito normal começa com uma consulta de viabilidade, seguido da aprovação de projetos arquitetônicos e do licenciamento da obra. O problema mais grave ocorre quando o cidadão enfrenta essas etapas, recebe o alvará de construção, mas depois, por uma divergência de interpretação da lei, Ministério Público e Judiciário entendem que ele não deveria ter sido autorizado a construir. É isso que tem acontecido em Florianópolis. No fim das contas, mesmo tomando todas as cautelas e cumprindo os requisitos para construir, nada garante que o alvará não sofra impugnação e seja cassado judicialmente. Hoje não há previsibilidade para empreender.

Qual o procedimento que deve ser adotado pelo cidadão que já construiu em terreno de marinha ou em APP?

A demarcação dos terrenos de marinha em parte expressiva da ilha sequer está concluída. Os proprietários não foram notificados. Depois disso acontecer, eles poderão impugnar a demarcação e isso pode levar, eventualmente, a ajustes e correção nessa demarcação inicial. Esse, pelo menos, é o propósito da previsão, na legislação, da notificação dos interessados e da impugnação.

“
O cenário para construir em Florianópolis, para o proprietário ou empreendedor, é bastante preocupante e desencorajador.”

Notícias do Dia
Caderno Inspira
"Compartilhar e replicar"

Compartilhar e replicar / Daniel Leipnitz / ACATE / UFSC / ESAG / UDESC / Empreendedorismo

INSPIRA!

Viajar é uma poderosa ferramenta de bem-estar e de mudanças

Dois lugares fantásticos para se conhecer em SP: a Japan House e o Itaú Cultural

Madonna, a material girl completou 60 anos sexy e provocativa

**TECNOLOGIA COM
ENGAJAMENTO**

Daniel Leipnitz está a frente da Acate, associação que comanda o segundo maior ecossistema de inovação do país

 **Notícias do Dia**

Compartilhar e replicar

O ADMINISTRADOR DE EMPRESAS DANIEL LEIPNITZ CONTA COMO A ACATE ENTROU NA SUA CARREIRA E O TRABALHO PARA FORTALECER O SETOR

JANINE ALVES

janine.alves@noticiasdodia.com.br

Daniel Leipnitz entrou na Acate (Associação de Empresas de Tecnologia) para colaborar, sem pretensões a cargos ou destaque. Na época, o ex-presidente da Acate, Guilherme Bernard (in memoriam), a quem Daniel expressa sempre gratidão, o chamou para uma conversa e tratou de ajustar as percepções: ele seria então o próximo indicado a presidência da associação e comandaria o segundo maior ecossistema de inovação do país.

Cabe aqui uma pausa para uma explicação: para muita gente o termo "ecossistema de inovação" ainda soa estranho. No entanto, ele indica que existe muito mais do que um setor onde as empresas nascem, crescem e se desenvolvem. No ecossistema de inovação existe a preocupação latente com o ambiente e a formação dos novos empreendedores. Um ambiente propício ao compartilhamento de conhecimento, experiências e infraestrutura, os que chegaram primeiro se tornam os anjos daqueles que estão chegando agora.

Não por acaso os produtos desse ecossistema são exportados para os cinco continentes e para mais de 150 países do mundo. Os empresários desse "setor" estão ocupados fazendo as suas empresas crescerem, mas em sua maioria, também estão engajados em programas de responsabilidade social, preocupados com o ambiente macroeconômico e político. Existe identidade entre os membros e essência no propósito. Talvez por isso, a indicação do Daniel ao comando desse ecossistema, pois ele não desejava ser o primeiro na linha de sucessão, mas apenas colaborar para que o trabalho fosse bem-sucedido. Quem dera que os presidiáveis tivessem esse mesmo perfil.

Daniel, que é também diretor Corporativo e de Relações Humanas na Visto Sistemas, conta que em vários momentos o que parecia ser a segunda opção, por força das circunstâncias se transformou na opção mais adequada. Isso se repete em sua vida: ele queria fazer o curso de computação da UFSC, não foi aprovado, mas fez vestibular para o curso de administração na Esag/Udesc e passou. Começou a cursar e se apaixonou pela administração. Assim como também não imaginava ser um sucessor do presidente da Acate, mas foi convencido e hoje segue no seu segundo mandato até 2020. Confira a entrevista:

Daniel Leipnitz reforça a importância do engajamento de pessoas e empresas para o setor crescer

“

Meu pai me colocava nas áreas aonde dava consultoria para eu ensinar as pessoas a usarem um processador de texto, a usar uma planilha eletrônica. E assim as coisas foram se somando.

COMO A TECNOLOGIA E FLORIANÓPOLIS ENTRARAM NA SUA VIDA?

A tecnologia sempre esteve em minha vida. Meu pai entrou para área com 21 anos, quando foi fundada a Procergs no Rio Grande do Sul – o que equivale a Ciasc aqui. Meu pai foi um dos precursores do setor no início dos anos 1970. Na época a Procergs era uma das melhores empresas do país. Eles estimulavam os funcionários a estudar fora, a buscar o que tinha de novidade. Mas quando começou a politizar – no final da década de 1980 início de 1990 – decidiu que aquele trabalho não era mais para ele. Nesse período várias pessoas saíram da empresa. A maioria foi para São Paulo, mas meu pai não queria ir para lá. Como tinha estudando engenharia de informação em Boston nos Estados Unidos, ele começou a dar palestra pelo Brasil e um dia veio para Florianópolis para fazer uma palestra na Eletrosul e disse que era aqui que queria morar. Eu prestei vestibular para computação com 17 anos e não passei, mas passei para administração na Esag, comecei a fazer o curso e me apaixonei. Foi paixão à primeira vista. Meu pai me colocava nas áreas aonde dava consultoria para eu ensinar as pessoas a usarem um processador de texto, a usar uma planilha eletrônica. E assim as coisas foram se somando.





DANIEL QUEIROZINI

“

O foco agora é replicar o que funciona para que mais pessoas, mais empresas, mais ecossistemas tenham o mesmo resultado dos locais que contam com esses programas.

VOCÊS SENTIRAM OS REFLEXOS DA CRISE?

Ano passado, mesmo com a crise, o nosso faturamento cresceu 29%. A empresa cresceu muito, mas é uma coisa meio caótica. Não é fácil, não é natural é uma luta diária para melhorar, para construir as soluções de forma conjunta e para clientes com diferentes níveis de maturidade. Nós passamos por uma fusão há dois anos e esse foi um momento bem interessante. Nós acreditamos que os mercados têm que se consolidar e que sozinho a gente não consegue se desenvolver.

COMO FOI A TRANSIÇÃO PARA A ACATE?

Eu entrei na Acate por acaso, a convite do Alexandre Cunha, ex-presidente. Quando percebeu que a Acate era muito mais do que um condomínio ele começou a chamar pessoas conhecidas que pudessem ajudar. Nessa época a sede da Acate ficava na Lauro Linhares, na Trindade. Ele chamou os amigos de acordo com as especialidades. Tinha um que era mais do setor de telecom, outro do setor energia, e ele me perguntou o que eu poderia fazer; eu sugeri que fosse algo voltado para o social, ajudar uma escola por exemplo. Mas ele entendeu errado, pensou que era para fazer algo para movimentar, uma festa, por exemplo. E assim nós criamos uma festa linda de final de ano, que acontece até hoje. Logo depois a pessoa que cuidava do departamento financeiro da Acate saiu, o Alexandre tentou algumas pessoas, eles não aceitaram, mas eu acabei aceitando. Eu não era a primeira opção. Fiquei na associação até o final de gestão do Alexandre, depois participei da gestão do Rui Gonçalves e toda a gestão do Guilherme.

EXISTE UM TRABALHO DE PREPARAÇÃO DOS NOVOS PRESIDENTES?

Esse é um trabalho muito legal, uma coisa que transcende a técnica no sentido de definir quem vai ser o próximo presidente. Existe uma sequência mais ou menos lógica, porém nem sempre isso acontece. Eu nunca fui à primeira opção tanto para diretor financeiro, quanto para presidente. Eu não tinha essa expectativa de chegar à presidência. E a preparação foi muito bacana, foi um processo quase espiritual, envolveu a escolha. Fui convidado pelo Guilherme e pelo Everton Guibert um ano antes do término do mandato deles. A grande importância desse processo de preparação tem a ver com a cultura, a pessoa tem que ter a cultura da associação, por isso a gente tem uma meritocracia muito forte, ninguém entra de paraquedas.

QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO?

Estamos abrindo um centro de inovação no Centro de Florianópolis, queremos abrir outro no Sapiens Park no Norte da Ilha até o final do ano, queremos ter outro em Itaguçu e outro em São José. Na primeira gestão nós trabalhamos na criação de produtos que atendiam aos empreendedores e que contribuíssem para a sustentabilidade do próprio ecossistema. Esses modelos foram validados e agora estamos replicando para outras regiões do Estado. O foco agora é replicar o que funciona para que mais pessoas, mais empresas, mais ecossistemas tenham o mesmo resultado dos locais que contam com esses programas. Nós também estamos ampliando a nossa rede de relacionamento com os gestores públicos para que eles entendam a nossas necessidades. Existem diferenças nas leis de inovação entre os municípios de Florianópolis e de Palhoça, por exemplo, mas nós estamos trabalhando para que a evolução dessa lei de inovação possa ser replicada para todas as prefeituras, para que seja possível compartilhar toda a inteligência. Nós estamos trabalhando em conjunto com outros atores para mostrar a atratividade do ecossistema e isso tem feito muita diferença. Nós nos reunimos muito, as novas iniciativas são discutidas e compartilhadas, inclusive em temas fora do setor. Todos nós estamos mais engajados com o objetivo de ajudar nossas empresas a crescer, mas também pensando na cidade, no Estado, no todo.

VOCÊ RECEBEU INCENTIVO PARA SER EMPREENDEDOR NA ÉPOCA DA FACULDADE?

Eu entrei na Esag em 1997 e não me lembro de nenhum programa específico. Mas dessa geração formou caras sensacionais. Acredito que ainda faltam estrutura e apoio institucional para incentivar as pessoas a fazerem seus próprios negócios.

COMO VOCÊ COMEÇOU A SUA EMPRESA?

Quando eu estudava na Esag a empresa já tinha começado. Nesse período era pauleira. Trabalhava muito durante o dia e tinha que estudar à noite. A nossa empresa já tem 20 anos. Hoje nós trabalhamos no Brasil inteiro. São 60 pessoas trabalhando em Florianópolis, mais 40 em São Paulo e times espalhados pelo Brasil.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

18/08/2018

[UFSC tem posse de nova gestão em cerimônia em Florianópolis](#)

[UFSC prorroga inscrições até o dia 27 para algumas áreas](#)

[Concurso UFSC 2018 para 74 vagas tem inscrições prorrogadas até 27 de agosto para algumas áreas! Até R\\$ 10.058,92!](#)

[São Joaquim tem novo registro de geada e temperaturas negativas](#)

[Daniel Leipnitz conta como a Acate entrou na sua trajetória empresarial](#)

[Confira os trabalhos dos alunos de Florianópolis nas feiras de matemática e ciências](#)

[Palco Giratório](#)

[Ações civis públicas para evitar construções em terrenos da União pressionam poder público](#)

19/08/2018

[Reitor da UFSC, Ubaldo Balthazar, pretende recuperar a "autoestima da universidade"](#)

[Audiência discute curso de Belas Artes](#)

[Uva Goethe: Encontro com Slow Food inicia tratativas de transição](#)

[UFSC realiza posse de gestão dos próximos quatro anos em cerimônia, em Florianópolis](#)

[Cancellier é homenageado em posse da nova gestão da UFSC](#)

[Mapa do vestibular: veja a seleção de todas as universidades públicas](#)